

ProManejo
Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável da Amazônia
Componente II – Iniciativas Promissoras
Manejo Florestal Comunitário na Amazônia

ESTUDO- DIAGNÓSTICO / AUDITORIA
Projeto 005/99
"Apoio à Implantação do Manejo SocioAmbiental
da Terra Indígena Xikrin do Rio Cateté"

Este documento e as informações nele contidas têm caráter confidencial, não sendo permitida a divulgação por qualquer meio, sem a expressa autorização por escrito da GTZ e do ProManejo, contratantes deste estudo-diagnóstico e auditoria.

Curitiba – PR
Setembro – 2003

Relatório do Estudo-Diagnóstico e Auditoria – Contrato N° 175RS/03 - GTZ

Projeto ProManejo 005/99: " Apoio à Implantação do Manejo SocioAmbiental da Terra Indígena Xikrin do rio Cateté "

Contratante

GTZ - ProManejo
Componente II – Iniciativas Promissoras

Coordenação

Wolfram Maennling - GTZ
Antônio Carlos Hummel – ProManejo/IBAMA
Rossynara B. C. Marques Aguiar - ProManejo

Execução

Technolog Consultoria Florestal Ltda

Coordenação, elaboração, redação e revisão final

Engº Florestal Lineu Henrique Wadouski

Acrônimos

| | |
|----------|---|
| ABN | Associação Indígena Bep Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté |
| AIMEX | Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará |
| AKK | Associação Indígena Kákárekré em Defesa do Povo Xikrin do Djudjê-kô |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| CEDI | Centro Ecumênico de Documentação e Informação (<i>Programa Povos Indígenas no Brasil</i>) |
| CVRD | Companhia Vale do Rio Doce |
| CEGEPIMA | Coordenação Geral do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (Min. Justiça - FUNAI) |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| FSC | Forest Stewardship Council - Conselho de Manejo Florestal |
| FFT | Fundação Floresta Tropical |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| GTZ | "DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT GmbH" |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IMAZON | Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia |
| IMAFLOA | Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola |
| ISA | Instituto SocioAmbiental |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| NDI | Núcleo de Direitos Indígenas (<i>Programa Povos Indígenas no Brasil</i>) |

ONG Organização Não Governamental
P&C - FSC Princípios e Critérios do FSC
PMFS Plano de Manejo Florestal Sustentável
PROMANEJO Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
UMF Unidade de Manejo Florestal
UPA Unidade de Produção Anual
UT Unidade de Trabalho

RFNM ?

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 5 |
| 2. Objetivos específicos | 6 |
| 3. Programa de Trabalho – Metodologia (TOR – Contrato) | 6 |
| 4. Relatório Final | 8 |
| 4.1 - Programação de campo - Descrição das Atividades | 8 |
| 4.2 - Antecedentes e histórico do projeto (análise do processo – estratégia) | 9 |
| 4.3 – Cronologia do Projeto de Manejo Florestal Xikrin | 11 |
| 4.4 - Caracterização da área do Projeto Piloto - Área de Manejo | 13 |
| 4.5 - Situação atual – Auditoria (metodologia e instrumentos utilizados) | 14 |
| a) Infraestrutura e Equipamentos | |
| b) Documentação do projeto /ISA e Trabalhos da STCP | |
| c) Instalações da serraria Xikrin em Agua Azul e toras em estoque | |
| d) Processo de Certificação FSC e Paralisação das operações | |
| e) Situação ambiental | |
| 4.6 - Realizado (Ações concluídas - metas, efeitos e impactos do projeto) | 16 |
| a) Ações propostas x Ações Executadas | |
| b) Volume de toras extraído, serrado e vendido para terceiros ou em estoque | |
| c) Madeira serrada vendida – <i>não informado</i> | |
| d) Resultados - movimentação de recursos próprios, de parceiros e de financiadores. Lucro apurado e destinação do lucro | |
| 4.7 - Conclusões e Recomendações | 20 |
| a) Aspectos estruturais e organizacionais – <i>5 grandes tópicos</i> | |
| b) Continuidade do Projeto / Retomada e recursos necessários | |
| c) Proposição de um modelo de Gestão para retomada das operações | |
| 5. Bibliografia consultada | 26 |
| 6. Anexos | 27 |
| Anexo 1 – Documentação consultada..... | 28 |
| Anexo 2 - Pessoas entrevistadas e locais visitados..... | 29 |
| Anexo 3 – Documentação fotográfica do projeto..... | 30 |
| Anexo 4 – Cópias de documentos IBAMA – e madeira em tora Brumilla..... | 31 |
| Anexo 5 – Resumo das entrevistas..... | 32 |

RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO / AUDITORIA – GTZ / PROMANEJO
Projeto : " Apoio à Implantação do Manejo SocioAmbiental da
Terra Indígena Xikrin do rio Cateté "

1. Introdução

O projeto analisado é uma iniciativa apoiada à partir do ano 2000 pelo ProManejo, estando enquadrado na Componente II - "Iniciativas Promissoras", que prioriza as iniciativas comunitárias e empresariais que propiciem o desenvolvimento de técnicas, conceitos e capacitação para o manejo florestal, gerando efeitos demonstrativos que possam ser reproduzidas por outras comunidades ou empresas, interessadas no manejo sustentável como atividade econômica de longo prazo.

Dentre os quatorze projetos apoiados pelo ProManejo na Componente II, seis estão em comunidades de seringueiros e agricultores familiares, um em terra indígena (TI Xikrin) e sete em áreas de empresas privadas, todos na Amazônia.

O projeto em análise foi concebido pelo ISA para atender prioritariamente os interesses de conservação da TI Xikrin e da geração de renda a longo prazo. Após ter efetivadas 4 safras de madeira sob orientação da equipe técnica e administrativa do ISA, em dezembro de 2002 a parceria com a Associação Bep Nói foi rompida em função de diferenças de visão entre o técnicos do ISA responsáveis pelo manejo florestal e a comunidade Xikrin¹, quanto a forma de condução do projeto, programa de treinamento dos índios, participação dos índios na supervisão da operação e de discordância quanto as decisões das lideranças indígenas sobre a destinação e apropriação dos resultados financeiros apurados.

Dadas as características específicas desta iniciativa, o ProManejo em conjunto com a FUNAI, solicitaram esta avaliação independente, com consulta à comunidade indígena, na busca de alternativas que viabilizem a continuidade das operações de manejo na TI Xikrin.

2. Objetivos Específicos

Este estudo foi desenvolvido com base no Termo de Referência proposto pelo ProManejo (Contrato N.º 175RS/03 – GTZ), com o objetivo de:

- i. auditar as instalações, equipamentos e movimentação de madeira em toras do Projeto e a comercialização da madeira serrada;
- ii. produzir um diagnóstico que possibilite a identificação das condicionantes e fragilidades do projeto denominado **"Apoio à Implantação do Manejo SocioAmbiental da Terra Indígena Xikrin do rio Cateté"**, executado em conjunto pela *Associação Bep Nói de Defesa dos Direitos do Povo Indígena Xikrin do Cateté*² (ABN) e o *Instituto SócioAmbiental (ISA)*, e apoio da Cia Vale do Rio Doce (CVRD).

¹ É importante mencionar a criação recente de uma nova associação do povo Xikrin, denominada Associação Indígena Kákárekré de Defesa do Povo Xikrin do Djudjê-kô, com a direção do índio Karangré Xikrin ex Presidente da Bep Nói, atualmente dirigida pelo índio Xikrin Bep Karoti.

² Associação Indígena Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté, registrada no Cartório do Único Ofício de Parauapebas, Pará fls. 30 do livro 02-B de Títulos e Documentos sob o n. 373 e protocolado no Livro A sob o n.º. 473 às fls. 04 - v., na data de 24.03.95 e CNPJ N° 00 592 209/0001-91.

- iii. elaborar relatório de avaliação dos processos utilizados e resultados obtidos no projeto e propor medidas para possível retomada das operações.

Em síntese, o produto final deste trabalho deve gerar informações para uma avaliação objetiva dos aspectos limitantes da operação florestal e industrial desta iniciativa piloto, possibilitar às partes envolvidas uma melhor compreensão das implicações legais, operacionais e de gestão do negócio e subsidiar as ações futuras em função da paralisação do projeto em setembro de 2002, com posterior rompimento da parceria ISA / Bep Nói.

3. Programa de Trabalho - Metodologia (TOR-Contrato)

Sistematização e consolidação das informações obtidas na consulta da documentação disponibilizada pelo ProManejo, Funai, Ibama e Brumilla Ltda e dados coletados nos trabalhos de auditoria de campo e entrevistas com os diversos parceiros envolvidos no Projeto, conforme roteiro consolidado a seguir:

- a) Leitura de documentos (manual de operações, projetos aprovados, PMF-S Xikrin, relatórios trimestrais de atividades dos projetos, relatórios de monitoramento, etc.) para a definição de metodologia e de indicadores utilizados em campo.
- b) Realização de reunião com a equipe do ProManejo – Componente II, para obter informações sobre o contexto dos projetos, discutir metodologia, detalhar agenda de trabalho e preparar a ida ao campo.
- c) Reunião com as lideranças das Associações Indígenas, localizadas em Marabá, no estado do Pará e entrevistas com outros atores envolvidos como FUNAI e IBAMA em Marabá, Xinguara e Agua Azul do Norte.
- d) Reunião com as lideranças das aldeias Putingró e Djudjê-kô na TI Xikrim, para discussão conjunta sobre o projeto e para entender a paralisação.
- e) Entrevista com pessoal envolvido na gestão e operação do projeto e prestadores de serviço, para verificar procedimentos adotados na execução do projeto e obter informações sobre período pré paralisação.
- f) Visita as instalações financiadas pelo Promanejo na TI. Xikrin, com levantamento do estado de conservação e guarda dos equipamentos, instalações e veículo alocados ao projeto e deixados sob a responsabilidade dos Indios Xikrin, quando da paralisação das operações em 2002.
- g) Avaliação das condições da estrada nova que liga a área de manejo com Água Azul do Norte, aspectos ambientais/jazidas e verificação "in loco" das instalações da nova serraria e estoque de toras no pátio e documentação fotográfica.
- h) Obter informações sobre áreas preparadas (Censo) para exploração, com avaliação da área (hectares) disponível para reinício das operações de exploração e serviços adicionais necessários para reativação da frente.
- i) Consolidar dados de movimentação de madeira em toras (romaneio de campo), controle de entrada no pátio da serraria Xikrin em Agua Azul, controle de saída de toras para venda ou para processamento em serraria de terceiros e eventuais estoques de madeira serrada em Agua Azul.

- j) Propor alternativas (estratégias e parcerias) para reativação e gestão do Projeto, com inclusão programada dos Xikrins ao longo do tempo e estimar necessidades de recursos para retomada das operações.

4. Relatório Final

4.1 - Programação de campo - Descrição das Atividades

As informações foram coletadas em agosto de 2003, em atividades de escritório e campo realizadas em Brasília, no escritórios do Ibama – ProManejo e em Marabá na sede administrativa das Associações Bep Nói e Kákárekré dos Xikrin do Djudjê-kô, no Escritório Regional da FUNAI e Escritório Regional do IBAMA.

Na região de Tucumã / Água Azul, em 3 dias de permanência, com pernoite na área indígena, foram visitadas as duas aldeias e realizadas duas reuniões com os índios e lideranças Xikrin. Foi dispendido cerca de 1 dia inteiro para inspecionar as instalações de campo, a estrada e a operação de Manejo Florestal, especialmente as áreas preparadas (CENSO) para exploração 2003/2004 na TI Xikrin. A Serraria Xikrin em Água Azul do Norte, foi inspecionada e forografada no último dia quando do retorno para Marabá. As visitas à campo foram feitas em um período de 7 dias, já computado 1 dia para deslocamento entre Curitiba_Marabá_Curitiba, conforme roteiro a seguir:

- a) *Consulta a documentação do Projeto* - previamente à viagem de campo (agosto/03), foi consultada extensa documentação sobre este projeto piloto, com a leitura e resumo das informações contidas em manuais de operações, projetos e planos elaborados por consultores e parceiros, relatórios narrativos e financeiros de atividades, relatórios de monitoramento enviados ao ProManejo, correspondências trocadas entre os diversos parceiros deste projeto e o relatório de encerramento da Parceria ISA/ABN d dezembro de 2002. A relação detalhada da documentação consultada se encontra no Anexo 1.
- b) *Consultas específicas* - sobre atividades executadas pelas instituições executoras dos projetos, através de entrevistas com os parceiros representados por terceiros contratados para execução das operações e pelas associações e organizações envolvidas no projeto. Também foi possível colher dados e avaliações com funcionários da FUNAI e do representante e trabalhadores da Terraplanagem e Serviços Ltda, empresa parceira na exploração da madeira e transporte de toras para a serraria em Água Azul do Norte. A relação de pessoas contatadas está no Anexo 2.
- c) *Entrevistas e reuniões* com os Xikrin - coletivas e individuais nas aldeias indígenas (Putingró e Djudjê – kô). A relação de contatos está no Anexo 2 e o resumo dos pontos levantados nas duas reuniões está no Anexo 5.
- d) *Inspeções e levantamentos de campo / áreas de manejo* - para observar as atividades realizadas e avaliar as condições das instalações, estradas de acesso e preparação do Censo nas áreas de operação previstas para 2003 e 2004. A verificação em campo baseou-se em entrevistas com os diversos atores envolvidos no projeto de manejo florestal Kaben Djuoi e visitas à área de operação do ano anterior (UPA 3) para avaliar a qualidade das operações de corte e arraste e a rede de estradas secundárias e ramais. A estrada de ligação entre a operação de manejo e a cidade de Água Azul, onde está instalada a nova serraria da Associação Bep Nói foi avaliada no retorno. Documentação fotográfica no Anexo 3.

- e) *Solicitação de informações complementares* - após o retorno das atividades de campo, já em Marabá, foram solicitados diversos documentos relacionados com os contratos de industrialização e comercialização de madeira serrada e venda de toras celebrado entre a Brumilla Ltda e a ABN, cópias de contratos de prestação de serviços de exploração, controles de crédito por espécie na origem para emissão de ATPF's pelo IBAMA em Marabá e informações da FUNAI e Ministério Público sobre o projeto, para uma melhor compreensão do problema. Cópia dos documentos solicitados estão no Anexo 4.

No último dia da viagem, foram realizadas novas reuniões com a Diretoria das Associações Bep Nói e KáKárekré para dirimir dúvidas e harmonizar alguns conceitos mais complexos e com representantes da FUNAI, IBAMA e Brumilla Ltda para solicitar documentação e informações complementares necessárias à elaboração do relatório final.

4.2 - Antecedentes e histórico do projeto

O povo Xikrin do Rio Cateté é um subgrupo Kayapó, de filiação lingüística Jê, com cerca de 800 indivíduos, habitantes da margem esquerda do rio Cateté.

Os Xikrin habitam duas aldeias sendo que a mais antiga, bem como o Posto da FUNAI, se situam à margem esquerda do rio Cateté (6.15'.20 " de latitude sul e 50.47'25" de longitude oeste), 30 km acima da confluência deste com o rio Itacaiúnas, no lugar denominado pelos índios de *Pukatingró* (areia seca) e a aldeia mais recente, denominada pelos índios de *Djudjê-kô*, se localiza à margem esquerda do rio Cateté a 18 km da aldeia mais antiga.

"A³ sociedade Xikrin viveu isolada até meados da década de 70, incluindo as áreas do entorno da TI Xikrin que estiveram praticamente livres de qualquer espécie de ocupação até o início da construção da rodovia estadual PA-279 que liga as cidades de São Felix do Xingu e Redenção, localizadas no estado do Pará. Construída dentro do conjunto de obras integrantes do Programa Pólo-Amazônia, teve como objetivo principal servir à implantação do Programa Grande Carajás, de responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), localizada, ao norte e a leste, em terras limítrofes à área Indígena Xikrin.

Com a estrada, vieram a colonização acelerada, o desmatamento para exploração da madeira e formação de pastagens, garimpos e a instalação de empresas madeireiras. O entorno da área Xikrin se transforma em pouco tempo numa região de conflito.

A partir de 1989, sem alternativas econômicas e pressionados pelas madeireiras que atuavam no eixo Redenção-Tucumã, lideranças indígenas da comunidade Xikrin do Cateté passam a assinar contratos com empresas madeireiras para a exploração de mogno e cedro em seu território.

Dois anos após, insatisfeita com os resultados da exploração, parte da comunidade com o apoio do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), passa a discutir as formas de exploração do mogno na área e suas conseqüências, possibilidades jurídicas para a anulação dos contratos e, principalmente, alternativas econômicas capazes de gerar renda para a comunidade,

³ Extraído e condensado do texto introdutório do Plano de Manejo Florestal Sustentável – Terra Indígena Xikrin do Cateté, ISA/ABP. Versão 2.5 de 2001 - atualizada na versão 2.6 de 2002.

sem os impactos negativos da exploração madeireira seletiva e predatória em andamento. Esse processo desencadeou uma interlocução sistemática entre a comunidade e estas organizações, que passam a contribuir de forma permanente com assessoria técnica, jurídica e administrativa.

Em 1992 os Xikrin determinaram a paralização da exploração madeireira na área e obtiveram liminar na Justiça Federal de Brasília condenando as empresas Bannach e Perachi pelos danos causados e a determinação para que o IBAMA, a FUNAI e a Polícia Federal interditassem a área Xikrin. Simultaneamente a paralisação da exploração predatória, foram desenvolvidos estudos com a participação da comunidade, objetivando a viabilização de alternativas econômicas sustentáveis de exploração dos recursos florestais da área.

Em 1993, foi concluído o primeiro inventário florestal diagnóstico da Área Indígena Xikrin do Cateté, que possibilitou um melhor conhecimento da cobertura florestal e do potencial madeireiro e da exploração da castanha do pará. Este inventário foi realizado com a participação direta dos índios e apoio financeiro do Fundo Nacional de Meio Ambiente e da Companhia Vale do Rio Doce, através do convênio Xikrin/CVRD/FUNAI.

Com os estudos preliminares concluídos, os Xikrin decidiram levar adiante um Projeto de Manejo Florestal Sustentável e em março de 1995, criam a Associação Bep-Nói de Defesa dos Direitos da Sociedade Xikrin do Cateté, para gerir a exploração, comercialização e administração dos recursos resultantes da utilização sustentável dos recursos florestais de sua área. O Estatuto desta associação, amplamente discutido pela comunidade, respeita a sua complexa organização social, contemplando a hierarquia por chefias, as divisões por categorias de idade e o dualismo complementar entre os gêneros."

4.3 - Cronologia do Projeto de Manejo Florestal Xikrin – 1976 / 2002

- 1976 - início das invasões de madeiras e fazendeiros na área Xikrin.
- 1989 - lideranças indígenas da comunidade Xikrin do Cateté assinam os primeiros contratos para a exploração de mogno e cedro em seu território.
- 1989 _ 1991 - período de exploração intensa com exaustão rápida das principais ocorrências de mogno e cedro da TI Xikrin, gerando desestruturação social, agravamento da saúde por doenças transmissíveis e graves danos ambientais.
- 1990 – início das reuniões envolvendo a comunidade e suas lideranças, com a participação do CEDI e NDI e questionamento quanto as práticas da exploração do mogno na área e suas conseqüências, possibilidade de anulação dos contratos e alternativas econômicas para gerar renda para a comunidade, sem os impactos negativos da exploração madeireira seletiva e predatória em andamento.
- 1992 - paralisação da exploração madeireira na área pelos Xikrin e obtenção de liminar na Justiça Federal de Brasília condenando as empresas Bannach e Perachi pelos danos causados e determinação para que o IBAMA, a FUNAI e a Polícia Federal interditem a área Xikrin.
- 1993 - convênio Xikrin/CVRD/FUNAI com apoio financeiro do Fundo Nacional de Meio Ambiente e da Companhia Vale do Rio Doce e participação direta dos índios, possibilita a conclusão do primeiro inventário florestal diagnóstico da Área Indígena Xikrin do Cateté, com resultados preliminares sobre a cobertura florestal e o

potencial madeireiro e da exploração da castanha do Pará gerando mapas da cobertura vegetal, hidrografia e relevo na escala 1:250.000.

- 1994 (Junho) - inclusão de capítulo específico sobre a garantia legal para a exploração dos recursos florestais em áreas indígenas no Projeto de Lei que instituiu o Estatuto das Sociedades Indígenas, aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.
- 1995 (Março) - criação da Associação Bep-Nói de Defesa dos Direitos do Povo Indígena Xikrin do Cateté, para gerir a exploração, comercialização e administração dos recursos resultantes da utilização sustentável dos recursos florestais da TI Xikrin.
- 1995 (Outubro) - protocolado no Ibama de Brasília sob nº 4681/95 o Plano Inicial de Manejo Florestal da Terra Xikrin do Cateté.
- 1996 (Junho) - Ibama/Funai publicam portaria conjunta de número 574, autorizando o Plano de Manejo Florestal na reserva Xikrin como uma iniciativa piloto e experimental.
- 1996/1997 - realizado o inventário florestal 100% de uma nova área piloto de 1.413 ha, que gerou informações para a redação final do Plano de Manejo Florestal. A localização da área de manejo foi alterada devido a problemas técnicos encontrados na área inicialmente inventariada. Esta alteração do plano foi aprovado pela Superintendência do Ibama no Pará em 1997, através do Ofício número 453/97.
- 1999 - início do apoio financeiro do ProManejo, no âmbito do Componente II – Iniciativas Promissoras e decisão dos parceiros de obter a certificação de Bom Manejo, com adequação da operação aos Princípios e Critérios do FSC e realização de pré auditoria.
- 2000 - explorada a primeira área piloto de 1.400 ha pertencente ao bloco de 44.000 hectares a serem manejados. Extraídos somente 600 m³.
- 2000 - primeira auditoria completa executada por auditores do Smartwood, com imposição de Pré Condições.
- 2001 - explorada a segunda área com extração de cerca de 2000 m³ de toras
- 2002 - explorada a terceira área com retorno para as áreas 2000 e 2001 e extração total de 1700 m³ de toras, incluindo indivíduos não explorados anteriormente.
- 2002 - Concedida a Certificação de Bom Manejo pelo FSC, após a 2ª auditoria para verificação das pré condições impostas pelos auditores do Smartwood na 1ª avaliação completa realizada em 2000.
- 2002 (Setembro/novembro) – paralisação das operações de manejo após a colheita do ano, com afastamento imediato das equipes do ISA e da STCP, por decisão das lideranças Xikrin.
- 2002 (Dezembro) – rompimento da parceria entre o ISA e a ABN, com cessação dos trabalhos prestados pela ONG.
- 2003 (agosto) – reavaliação/auditoria da situação das instalações, infraestrutura e resultados do projeto, visando tomada de decisão quanto a continuidade ou não.

4.4 - Caracterização da área do Projeto Piloto - Área de Manejo

Área indígena Xikrin do Rio Cateté é uma reserva de 439.150 hectares fisicamente demarcada desde 1981 e homologada por decreto do Presidente da República n.º 384 de 24 de dezembro de 1991. Está registrada no cartório da comarca de Parauapebas, estado do Pará com certidão n.º 02/94 da Delegacia do Patrimônio da União, estado do Pará.

A TI Xikrin se localiza entre a Serra Carajás ao norte e a Serra da Seringa ao sul, a leste com o rio Itacaiúnas que determina o limite com a área de posse detida pela Companhia Vale do Rio Doce e a oeste com limites definidos por uma linha seca, que exclui as cabeceiras dos rios *Bekware* e *Bebkamrikti*, afluentes do rio Cateté.

A área objeto do Plano de Manejo Florestal Xikrin está localizada entre as coordenadas geográficas: Latitude Sul – 46 graus e 19 minutos e 48 graus e 25 minutos; Longitude Oeste – 83 graus e 36 minutos e 83 graus e 36 minutos.

A área total de manejo florestal foi estimada em 44.000 ha, equivalente a 10% da área total da Terra Indígena Xikrin do Cateté. O ciclo de corte foi estabelecido em 30 anos, com extração potencial de 6 a 8 m³/ha o que representa a exploração de área líquida anual de aproximadamente 1.100 ha e produção máxima de 8000 m³ de toras.

A área de manejo Xikrin dista cerca de 250 km da cidade de Marabá por rodovia, com acesso em asfalto pela BR 158 até Xinguara e em terra pela PA 279, passando por Xinguara e Agua Azul do Norte que está ao sul da área. O posto de vigilância da TI Xikrin está situado a 8 km da Rodovia PA-279 e a 18 km da sede do município, na nova estrada de ligação entre a área de manejo e Água Azul.

Ao norte da reserva está o "caldeirão", acampamento da CVRD, de onde partem acessos por estradas de terra para a mina de cobre de Salobo e para o núcleo urbano da Serra de Carajás. Uma estrada precária liga as aldeias ao limite leste da área - onde se localiza o posto de vigilância do Bekware - e a cidade de Tucumã, distante 150 km da aldeia, único acesso por terra antes da construção do novo ramal para Água Azul.

4.5 - Situação atual – Auditoria (metodologia e instrumentos utilizados)

O levantamento das informações foi realizado em visitas de campo, levantamento expedito das áreas de UPA, CENSO 2002 / 2003, entrevistas, coleta de dados e cruzamento de informações com diferentes fontes, processamento, comparação, análise e resumo dos dados de produção de madeira em toras, de acordo com informes do IBAMA, Brumilla e ISA e documentado com fotografias, onde pertinente.

a) Infraestrutura viária - estradas de acesso ao manejo e internas (UPA)

Estradas: de acesso ao manejo desde Agua Azul estão em boas condições, porém as estradas internas de ligação com as aldeias irão necessitar reparos após esta estação de chuvas. As estradas secundárias para a UPA 2003/04 não foram construídas.

b) Infraestrutura para operação e administração do Projeto

Construções: prédios do escritório, alojamento, refeitório e instalações auxiliares estão ainda em estado regular, porém devido ao abandono e falta de manutenção tendem a se deteriorar muito rápido. Encontramos janelas e porta abertas e móveis e papéis em desordem no interior das construções.

Aparelhos de comunicação, GPS, lanternas e utilidades de escritório: segundo declaração dos Xikrin e do Sr Alberto, estão guardados em armário de aço na sala

do prédio principal que até a data da vistoria se encontrava intacto. Não foi possível abrir as gavetas do arquivo e comprovar a existência dos aparelhos por não se saber o paradeiro das chaves.

Equipamentos de informática: computadores, no break, software e a impressora estão guardados com Sr Alberto, Chefe de Posto no Cateté. O notebook e cartão de rede constante da relação de bens não se encontrava em nenhum dos locais visitados.

Móveis, lavanderia, equipamentos do refeitório e cozinha: tralha de cozinha, freezer, fogão, geladeiras, máquina de lavar roupas e televisão foram comprovadamente retirados pelos índios para uso nas aldeias

Grupo gerador diesel e motobomba para água: se encontravam no local original e necessitam de manutenção regular para não haver dano irreversível.

- c) Veículos: a Pick up L200 foi utilizada pelos índios desde a paralisação do Projeto e na data da vistoria se encontrava estacionada em oficina de Marabá, com avarias sérias na transmissão e motor. Fomos informados pelo Sr. Dagberto, novo administrador da Bep Nói, que não há recursos para pagar o conserto.
- d) Documentação do projeto: toda a documentação recente como inventário diagnóstico, relatórios de exploração, ART do PMF e POA, fichas de campo do censos 2002/2003, romaneios de toras e cópias de notas fiscais, documentação trabalhista e contratos com terceiros devem estar guardados nos arquivos de aço do escritório do Manejo, porém sem qualquer garantia de manutenção. Os arquivos estavam fechados a chave e não puderam ser inspecionados. A FUNAI mantém x cópia de alguns documentos no escritório de Marabá.
- e) Trabalhos da STCP: como detalhado no relatório final do ISA (dezembro de 2002) o novo inventário diagnóstico e os trabalhos do censo 2003 em 800 hectares estavam em fase adiantada na data da paralisação. O novo Plano de Negócios a cargo da STCP também foi descontinuado em função do impasse. Vistoriamos as áreas de CENSO executadas pela equipe técnica do ISA e STCP e verificamos que estão operacionais porém se deteriorando rapidamente. Caso a paralisação se prolongue por mais tempo, será perdido o trabalho de abertura de picadas, marcação de árvores, etc.
- f) Instalações da serraria em Agua Azul do Norte: pendente de licenciamento ambiental e de regularização para operação, pelo Ibama. Está montada parcialmente necessitando de investimentos para sua conclusão. A filial da Brumilla foi aberta no endereço da serraria por força do contrato entre a empresa e a ABN. Há um movimento na cidade para anular a doação do terreno, devido a paralisação do projeto.
- g) Estoque de toras transferidas do manejo para Agua Azul: no momento da vistoria existiam menos de 250 m³ de toras de baixa qualidade em estoque, no pátio da serraria Xikrin em Água Azul.
- h) Processo de Certificação FSC: a floresta manejada na Terra Xikrin, num total de 44.000 ha, foi certificada em novembro de 2002 pelo SmartWood - FSC, após mais de 3 anos em processo de adequação e ajustes aos critérios e princípios do FSC. Caso persista o impasse, haverá o cancelamento do certificado com graves prejuízos para a imagem do sistema e da comunidade indígena. Há necessidade também de obter a cadeia de custódia para a serraria pois não há vantagem em extrair toras certificadas apenas. Os possíveis compradores certificados com interesse pelas toras, aparentemente estão fora do raio econômico de transporte.
- i) Situação ambiental: o ponto que chama a atenção é a situação das jazidas de material retirado para construção da estrada nova. Não houve recuperação destas

áreas como nos anos anteriores. Além deste problema, as bases operacionais da construtora não foram desmanchadas e restos de óleo e combustível permaneceram no local, na data da vistoria.

4.6 - Realizado (Ações concluídas - metas, efeitos e impactos do projeto)

Na proposição original, este projeto se comprometeu a viabilizar alternativas de utilização sustentável dos recursos florestais na Área Indígena Xikrin do Cateté, para:

- i. *a curto prazo*, afastar ou enfraquecer as possibilidades de reatamento dos interesses da comunidade indígena com os agentes econômicos do modelo regional predatório, especialmente as madeireiras interessadas no corte do mogno;
- ii. *a médio prazo*, gerar um volume regular de renda compatível com as demandas indígenas por bens e serviços; e,
- iii. *a longo prazo*, promover a sustentabilidade socioambiental da área Xikrin, difundir o modelo para outras áreas indígenas, especialmente para as demais áreas Kayapó e contribuir para o fortalecimento dos direitos indígenas sobre a gestão dos seus recursos naturais.

Adicionalmente, outros sub objetivos deveriam ser atingidos, como:

- iv. superar as etapas de diagnósticos e passar para a etapa de execução com investimentos em assistência técnica, monitoramento das atividades de exploração de baixo impacto (técnicas de corte, arraste), tratos silviculturais e censo.
- v. desenvolvimento e manutenção da equipe responsável pela implantação e desenvolvimento do projeto;
- vi. continuidade do treinamento dos índios e demais funcionários ;
- vii. melhoria das condições de infra estrutura do projeto e aquisição de equipamentos e material de consumo;
- viii. promover estudo da regeneração do Mogno;
- ix. obter a certificação florestal pelo FSC.

a) Verificação das Ações propostas x Ações Executadas

Para avaliar os resultados consideramos o sucesso no cumprimento dos objetivos originalmente propostos para o Projeto, as ações intermediárias concluídas, a produção real de toras e de madeira serrada, os benefícios indiretos advindos da operação, a interação com a comunidade e impactos negativos da operação.

Resultados positivos:

- √ Afastou efetivamente no curto prazo a possibilidade de ação das madeireiras interessadas no corte do mogno;
- √ Aprovação do Plano de Manejo da área de 44.000 ha a ser manejada, com elaboração de POA nos anos de 2000, 2001 e 2002.
- √ Iniciaram a exploração em 2000 e retiraram um volume de toras de 600 m³, em 2001 exploraram cerca de 2.000 m³ de toras em 1.100 hectares e em 2002 exploraram 1.690 m³, com grande parte já serrada.
- √ Houve efetiva melhoria da qualidade da infraestrutura na TI Xikrin. Houve melhora significativa do conforto e segurança nos deslocamentos e uma melhor organização da vigilância da área, com resultados efetivos.

- √ A maior parte dos equipamentos necessários foram instalados e a infra-estrutura para o manejo florestal foi concluída.
- √ A terceirização da exploração foi bem sucedida, necessitando de pequenos ajustes e um melhor gerenciamento.
- √ O treinamento das equipes de corte e inventário foi bem sucedido, entretanto o esforço feito poderá ser perdido devido ao impasse com os índios.
- √ Foram treinados para o trabalho de inventário, pessoal do ISA, dois índios Xikrin e dois funcionários da empresa terceirizada.
- √ A certificação do manejo foi concedida pelo FSC em 2002, atestando a importância deste projeto para o sistema e para a sociedade como um todo.
- √ Foram produzidos vídeo, folders e banners para divulgação do manejo florestal.

Resultados negativos:

- √ Não tem conseguido gerar renda regular e em montante atrativo para a comunidade Xikrin, fazendo com que a iniciativa fosse paralisada.
- √ O Plano de negócio elaborado em 2000 foi revisado porém, não há consistência entre as projeções realizadas e os resultados por deficiências na execução.
- √ A pesquisa sobre a regeneração do mogno sofreu paralisação logo no início e não há qualquer perspectiva de continuidade e obtenção de resultados. O não atendimento deste item tem elevado peso na próxima auditoria anual da certificação pela importância na definição dos resultados deste projeto.
- √ A instalação da serraria no município de Água Azul está praticamente terminada, porém não foi licenciada e regularizada pelos órgãos responsáveis. Isto impede uma melhor performance dos resultados e o não aproveitamento das vantagens da certificação do manejo.
- √ A recente paralisação do projeto impede sua utilização como modelo a ser estendido para outras áreas indígenas, prejudicando a busca de autonomia e sustentabilidade destas populações e de suas reservas.
- √ Descontinuidade das equipes de trabalho e perda do treinamento realizado.

b) Volume de toras extraído, serrado e vendido para terceiros ou em estoque

Produção de madeira em toras

| Volume toras (m ³)* | 2000 | 2001 | 2002 | Total |
|---------------------------------|-------|--------|--------|--------|
| Mogno | 362,8 | 72,5 | 91,4 | 526,7 |
| Outras spp | 218,4 | 1913,7 | 1607,1 | 3739,2 |
| Sub Total | 581,2 | 1986,2 | 1698,5 | 4265,9 |

*Foram explorados mais de 2200 ha, com retirada média de apenas 2 m³ / hectare

Balço parcial – Custos x Faturamento

| Itens / ano | 2000* | 2001** | 2002 *** | Total |
|-----------------|------------|--------------|------------|------------|
| Receitas | 165.645,10 | 200.468,34 | 417.502,87 | 783622,00 |
| Custos totais | 76129,08 | 347.292,63 | 319.814,41 | 743236,00 |
| RESULTADO | 89516,02 | (146.824,29) | 97688,45 | 40380,18 |
| Transferido ABN | 88.835,21 | 44.200,00 | ? | 133035,21 |
| Saldo da C/C | 680,81 | (191.024,29) | ? | (57308,27) |

*Custos de exploração cobertos pela CVRD

** Estoque a comercializar 107,79 m³ - o prejuízo foi ressarcido pela CVRD/STCP

*** Estimativa com informação não consolidada - documentos Brumilla e ISA

A madeira serrada vendida não tem dados conclusivos para o ano 2002, restando aproveitamentos na serraria terceirizada em Agua Azul e toras no pátio da Serraria Xikrin.

a) Resultados

Apropriação do resultado - a demonstração dos resultados é um tanto confusa, pois não existe conta corrente/contábil específica para registrar receitas e despesas da operação de manejo. Seria desejável a contabilização em separado dos numerários recebidos de parceiros, de financiadores ou de doações. Os montantes destinados para investimentos ou recursos extraordinários obtidos, quando transitarem pelas contas das Associações, também precisam ser segregados

O eventual lucro apurado a cada ano aparece em parte como depósito em conta da ABN, porém não há como segregar os valores pagos, com recursos desta mesma conta, de despesas não relacionadas com a operação.

A avaliação mais correta dos resultados deve considerar amplamente os benefícios indiretos advindos desta operação.

Podem ser citados muitos benefícios não refletidos nos resultados puramente financeiros. Os mais impactantes a longo prazo são estão relacionados com:

- ✓ a melhoria das condições de vigilância da reserva,
- ✓ a paralisação da invasão da área por madeireiros, para retirada ilegal de madeira,
- ✓ a estrada nova para Agua Azul, com redução decisiva nos custos de transporte de madeira para a serraria Xikrin e de pessoas e mercadorias até as aldeias,
- ✓ a conclusão das instalações administrativas do Manejo,
- ✓ o programa de treinamento e desenvolvimento de pessoal,
- ✓ a melhoria nas condições de comunicação e de atendimento à emergências.

4.7 - Conclusões e Recomendações - Lições aprendidas e desafios

Este projeto tem características únicas que devem ser avaliadas principalmente pela efetiva contribuição para melhoria da qualidade de vida do povo Xikrin e das comunidades do entorno da TI Xikrin, por ser única e última alternativa para manutenção da cobertura florestal na região e possibilitar a criação de valor a partir de iniciativas ligadas ao ecoturismo e da coleta e processamento de PFNM.

Também é vital a longo prazo, para a manutenção de serviços ambientais para a região de Carajás possibilitando a preservação dos ecossistemas, a conservação da biodiversidade, das fontes de água doce e a integridade da paisagem;

a) *Aspectos estruturais e organizacionais*: as dificuldades de gestão se apresentam como múltiplos fatores, relacionados com gestão do capital humano, capital financeiro, capital técnico e administrativo/legal:

- ✓ Múltiplos interlocutores (ISA, FUNAI, CVRD, Associações Indígenas, Comunidades), todos com poderes para decidir sobre partes do projeto sem considerar o todo. A gestão do projeto depende primordialmente do grau e da qualidade do relacionamento entre as partes e os índios. Conflitos sem relação direta com o manejo afetam o andamento do projeto ao envolver a equipe de gerenciamento. A falta de um GESTOR único, respeitado e escolhido por todos os parceiros para coordenação de toda a operação é, talvez, a principal causa da atual situação.
- ✓ A efetivação da serraria Xikrin ao mesmo tempo que motivou as lideranças indígenas trouxe outro complicador para as relações e parceria e um grau adicional de complexidade para Gestão deste Projeto. A necessidade de terceirizar a operação e celebrar contratos de arrendamento, encontra problemas legais relacionados com investimentos realizados por indígenas e com a celebração de contratos onde há cessão de bens e ou direitos destas comunidades para terceiros.
- ✓ Outro aspecto importante diz respeito aos montantes pagos mensalmente pela CVRD aos Xikrin. As somas são muitas vezes maiores que a receita mais otimista que se possa estimar para este tipo de operação. A CVRD se coloca como provedora das necessidades de toda a comunidade Xikrin, sem que haja um tratamento mais técnico da questão. Esta forma de agir, busca "não criar problemas" e está gerando uma forte demanda por parte dos índios, que também são estimulados indiretamente pelos demais interessados neste tipo de situação.
- ✓ A busca por resultados financeiros de curto prazo impede a formação adequada de capital de giro para o manejo e mantém o projeto refém dos parceiros que detém a capacidade de financiamento.
- ✓ O montante mensal repassado pela CVRD aos índios, equivale a mais de 60% do lucro obtido em cada safra com a venda da madeira.
- ✓ Um desafio na implementação do manejo florestal na TI Xikrin está exatamente no processo de capacitação. Os Índios são submetidos a treinamentos em atividades de manejo que são incompatíveis com a cultura e as atividades tradicionais da tribo como caçar, pescar, plantar a roça ou simplesmente não fazer nada.
- ✓ Os custos são elevados para treinamento e fixação de pessoal como: identificador botânico, gerente de manejo e gerente de serraria. A descontinuidade na permanência das pessoas no projeto e ou na função para a qual foram capacitadas fragiliza todo o processo. O treinamento/capacitação deve formar equipes de pessoas polivalentes, com capacidade de atender as diferentes etapas de uma operação florestal e cobrir com eficiência eventuais faltas.
- ✓ Ao analisar o projeto, é preciso considerar os aspectos técnicos, operacionais, organizacionais e administrativos. Levar em conta o *Fator Amazônico*, marcado por estações bem distintas, que permitem usar o tempo de forma produtiva. Assim: no inverno (chuvas) aproveitar para planejar, calcular, treinar, inventariar, rever, contactar, serrar, comercializar, etc. No verão (seca) construir estradas, inventariar, cortar, arrastar, transportar, serrar, comercializar, treinar, etc
- ✓ "Segundo comunicado do ISA, o encerramento do projeto ocorreu devido a decisão da ABN de encerrar os projetos de vigilância, de agricultura e de implantação de serraria na cidade de Água Azul. O ISA entendeu que isso expõe

o projeto de manejo à ações de invasores e impede a melhoria das condições de viabilidade econômica do Projeto de Manejo".

- √ "ISA considera que a decisão da ABN em reivindicar o aumento de repasses financeiros por parte da Cia. Vale do Rio Doce e de contratar um administrador sem os procedimentos de seleção requeridos, comprometem o projeto pois os repasses se prestam ao uso indiscriminado dos recursos e não estimula o desenvolvimento de projetos produtivos pela comunidade indígena".
- √ A decisão de encerramento do projeto é grave e compõe um cenário difícil de prever. As consequências advirão com a degradação dos trabalhos do censo na floresta a ser manejada em 2003/2004, a conservação dos equipamentos, os investimentos em infraestrutura e a certificação.
- √ Se não for recuperada a informação contida nas fichas de campo da UPA 2003, haverá necessidade de novo Censo em 600 ha, com custos superiores a R\$45000,00. Haverá ainda necessidade de avivamento das picadas e abertura de cerca de 20 km de estradas internas para 1400 hectares (600 ISA + 800 STCP).
- √ "Mas mais difícil e importante do que isso, é prever como a comunidade indígena irá resolver os seus problemas internos e como estará se relacionando com os agentes externos sem que sejam cooptados e utilizados em função de interesses que não são os da comunidade".

b) *Continuidade do Projeto / Estratégia para retomada e recursos necessários.*

→ A continuidade deste projeto depende basicamente do equacionamento das expectativas indígenas em relação ao projeto e do desenvolvimento de relações de confiança entre os parceiros. A partir destas premissas, o principal fator de sucesso estará na dependência da montagem de uma equipe gerencial competente.

Aspectos puramente empresariais como financiamento da operação, alocação de recursos para capital de giro, estradas, censo, taxas, viagens, estadias, manutenção das instalações, equipamentos e veículos, podem ser equacionados pelas potencialidades do próprio projeto pois, apesar da aparente fragilidade dos resultados financeiros do manejo até o momento, a operação apresenta fundamentos e condições operacionais coerentes com bons resultados e lucros crescentes, conforme estimado no Plano de Negócios elaborado em 2000.

A afirmação acima é suportada pela possibilidade de expressivo aumento na quantidade de madeira extraída por hectare, redução dos custos de extração já verificado este ano, redução dos custos de frete devido ao novo acesso para Agua Azul, início da operação da serraria própria com custo mais baixo, melhoria da lucratividade na comercialização da madeira e melhor controle do aproveitamento.

Os recursos necessários para retomada estão relacionados com:

- formação de capital de giro para a exploração e para a serraria – estimado em R\$200.000,00;
- manutenção e construção de estradas internas do manejo e manutenção da estrada principal de acesso a Agua Azul, com custo estimado de R\$80.000,00, não computados custos com eventuais aterros, pontes e bueiros de concreto.
- conclusão do censo em 1400 ha, com custo estimado de R\$25.000,00;
- taxas legais, viagens e estadias – verba estimada em R\$15.000,00;

- manutenção de instalações, equipamentos e veículos: gasto estimado de R\$25.000,00.
- gastos para aquisição de tralhas cozinha e eletrodomésticos novos: R\$ 7500.00.

Custos com salários para recomposição da equipe e treinamento para operação são de difícil estimativa, porém devem ser da ordem de R\$85000,00 no primeiro ano, acrescido das despesas de estadia de toda a equipe técnica, por 8 meses no alojamento.

As receitas brutas no primeiro ano após a retomada, estão relacionadas com as espécies e com o volume a ser retirado dos 1400 ha inventariados este ano. Assumindo-se uma extração de 4 m³ / ha e um mix formado por 10 a 12 espécies comerciais, teremos um volume mínimo de toras de 5000m³, equivalente a cerca de 2000 m³ serrados, com classificação de mercado.

Este volume poderá propiciar uma receita bruta no pátio da serraria de mais de R\$950.000,00, sem computar o mogno. Com custos de extração e serragem de aproximadamente R\$650.000,00 haverá um diferencial de R\$300.000,00 que é equivalente as necessidades de capital para a retomada. Mantido este ritmo de operação, em dois anos o projeto poderia apresentar lucros anuais superiores a R\$130.000,00 com manutenção do capital de giro. Se considerada a comercialização de 200 m³ / ano de mogno, os lucros seriam da ordem de R\$240.000,00 no mínimo.

c) Proposição de um modelo de Gestão para retomada das operações

Apesar de ser na sua essência um projeto comunitário, dadas as dimensões da área de manejo de mais de 44.000 hectares e os volumes projetados para exploração, esta operação tem escala empresarial, devendo ser analisada também sob este enfoque.

Como em uma empresa, a proposição de um modelo de gestão deve levar em consideração os principais fatores críticos para o sucesso do projeto. Estes fatores, no caso do Manejo Xikrin, estão relacionados com:

- ✓ a composição de parcerias estáveis e dispostas a mútua colaboração,
- ✓ a escolha de um único parceiro para GERIR o projeto,
- ✓ o nível de tecnologia empregada na extração e na serraria e do nível requerido de qualificação da mão de obra,
- ✓ os recursos de planejamento e de administração a serem utilizados e;
- ✓ o volume de recursos financeiros necessários para manutenção da estabilidade da operação a longo prazo.

O modelo proposto no roteiro abaixo busca aliar as competências únicas de cada possível parceiro, com as necessidades de Gestão do projeto.

- i. Formação de um Grupo Gestor constituído por representantes de cada um dos parceiros, de forma paritária;
- ii. A escolha dos parceiros deve priorizar aqueles que tenham competências comprovadas nas necessidades de Gestão deste Projeto;
- iii. Centrar a escolha em parcerias com competências únicas em administração de projetos, contabilidade de custos e gerencial, gerenciamento de operações de

manejo, processamento de madeira, comercialização de serrados em geral, formação e aperfeiçoamento de mão de obra e relações comunitárias;

- iv. Estabelecimento de um "Contrato de Gestão" negociado, baseado em metas, recursos mínimos a serem alocados, prazos e resultados mínimos admissíveis, com comprometimento do GESTOR e dos parceiros, através do Grupo Gestor;
- v. Escolha pelos membros do Grupo Gestor, de um dos parceiros para GERIR o projeto, de comum acordo e com plenos poderes para decidir e operar dentro dos limites impostos pelo Contrato de Gestão.

Esta forma de organização aproveita as competências de cada um dos parceiros através do Grupo Gestor, porém mantém a autonomia e o poder decisório final com o responsável direto pela GESTÃO e pelos resultados que são balizados pelo Contrato de Gestão previamente acordado.

Como qualquer interferência tem que ser realizada através do Grupo Gestor, este modelo prioriza a qualidade do relacionamento entre as partes, sem permitir a intromissão indevida de qualquer um dos parceiros isoladamente.

Adicionalmente, os parceiros, através do Grupo Gestor, podem desenvolver um trabalho conjunto de capacitação intensiva, com foco na gestão administrativa, financeira e técnica do projeto. Além deste programa de capacitação, podem fazer um trabalho consultivo, com o objetivo de consolidar as melhores práticas de gestão do negócio, centrando o foco nas áreas administrativa, financeira e de comercialização, onde as probabilidades de erros na gestão são maiores.

Como exercício final, podem ser relacionados possíveis parceiros para composição do modelo:

1. Administração, informatização, suprimentos e contabilidade – CVRD - CIKEL
2. Processamento e comercialização de madeira: CIKEL
3. Treinamento e formação de mão de obra: FFT – IMAZON, SENAI-SEBRAE
4. Relações comunitárias: FUNAI, ABN, KáKárekré, ISA
5. Gerenciamento da operação de manejo: ISA_FUNAI

Esta possível composição poderia aproveitar as competências da CVRD que cederia 1 funcionário para a administração do projeto e que faria parte do Grupo Gestor, competências da CIKEL que manteria um especialista no Grupo Gestor e que daria apoio ao processamento e comercialização de madeira. A FUNAI poderia ceder um Engenheiro Florestal para responsável técnico e que ficaria responsável pelo acompanhamento dos processos em Marabá.

5. Bibliografia consultada

- FEARNSIDE, P. M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas./ Clóvis Cavalcanti (Org.) – São Paulo: Ed. Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- GROGAN, J.; BARRETO, P.; VERÍSSIMO, A. Mogno na Amazônia brasileira: Ecologia e Perspectivas de Manejo. Belém: Imazon, 2002.
- HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1993. xxii+202p.
- JEFFREY GERWING; EDSON VIDAL; ADALBERTO VERÍSSIMO & CHRISTOPHER UHL. Rendimento no Processamento de Madeira no Estado do Pará. Série Amazônia N° 18 - Belém: Imazon, 2000. 38 p.; il
- Relatório da III Oficina de Manejo Florestal Comunitário - Rio Branco - AC. 17 a 21 de Julho de 2000. Manaus: ProManejo, IBAMA, 2001. 48p.
- SUDAM (CTM). Rendimento em serraria de trinta espécies de madeiras amazônicas. Belém, 1981. 186 p.
- VERRÍSSIMO, A; MATTOS, M.M.; BRANDINO, Z.; UHL, C. & I.C.G. VIEIRA. 1989. Impactos Sociais, Econômicos e Ecológicos da Exploração Seletiva de Madeiras numa Região de Fronteira na Amazônia Oriental. O Caso de Tailândia. Pará Desenvolvimento. 25: 95-116.

6. ANEXOS

Anexo 1. Documentação consultada

- a) Relatório de Auditoria para Certificação Florestal Smartwood para Plano de Manejo Florestal na Terra Indígena Xikrin do Catete - Parauapebas - Pará - Brasil, Smartwood/IMAFLOTA, 2000.
- b) Plano de Vigilância, ISA. 2000.
- c) Mapa para Reconhecimento da Vizinhança da TI Xikrin, ISA, fevereiro de 2002.
- d) Mapa para Reconhecimento da Vizinhança da TI Xikrin - Limite Sul/Leste, ISA, fevereiro de 2002.
- e) Mapa para Reconhecimento da Vizinhança da TI Xikrin - Limite Oeste, ISA, fevereiro de 2002.
- f) Mapa de Unidades de Conservação Federal vizinhas a TI Xikrin, ISA, jan-2002.
- g) Plano de Negócios – projeto de Manejo Florestal Sustentável Xikrin do Cateté, ISA / ABP, 71 páginas, Dezembro de 2000.
- h) Plano de Manejo Florestal Sustentável – Terra Indígena Xikrin do Cateté, ISA/ABP. Versão 2.5 de 2001 - atualizada na versão 2.6 de 2002.
- i) Relatório prévio da implantação da estrada de acesso entre a área de manejo florestal Xikrin e a serraria na cidade de Água Azul, Geotec / ISA, julho de 2001.
- j) 1º e 2º Relatórios de monitoramento da construção da estrada para Água Azul, GEOTEC / ISA, datados de 29/08/2001 e 09/12/2001 respectivamente.
- k) Plano Operacional 2002 - Manejo Florestal da Terra Indígena Xikrin do Cateté, ISA e ABN, 24 páginas dat., sem data.
- l) Contrato de Prestação de Serviço entre ABN e a empresa Terraplanagem e Serviços Ltda, junho de 2002.
- m) Contratos de Prestação de Serviço entre ABN e Brumilla Ltda. 2001 e 2002.
- n) Relatório em Resposta ao Cumprimento das Pré-condições para Concessão da Certificação Smartwood - FSC, ISA, 32 páginas dat., sem data.
- o) Relatório de Verificação de Pré-condições de Certificação, Associação Indígena Bep Noi de Defesa do Povo Xikrin do Catete. *Agosto de 2002.*
- p) Termo de Compromisso – FSC/Certificação. Associação Bep-Noi, 2002.
- q) Relatório Técnico – OS N° 180/AERMAB/02 – novembro de 2002 – Funai
- r) Parecer Técnico – Projetos de Manejo Florestal Comunitário. Paulo Sérgio Ferreira Neto. Manaus, Fevereiro de 2003.
- s) Correspondências entre FUNAI, Brumilla, Ministério Público Federal e IBAMA.
- t) Correspondências entre ISA, Embrapa, Imazon, ABN, ProManejo-IBAMA, STCP/CVRD
- u) Relatórios de acompanhamento trimestrais e semestrais do Promanejo – 1999 a Dez de 2002.
- v) Relatório de Prestação de Contas e Atividades – ISA. Dezembro/2002 (Final)

Anexo 2

2.1 - Pessoas Entrevistadas

| Nome | Cargo/Função/Organização |
|---------------------------|---|
| 1. Ademir Martins | Gerente Regional do IBAMA – Marabá/PA |
| 2. Engº Samuel | Chefe Direx - SISPROF/SISMAD - IBAMA - Marabá/PA |
| 3. Eimar Araújo | Gerente Regional da FUNAI – Marabá/PA |
| 4. Florivaldo V. de Souza | Proprietário da Brumilla Ltda – Arrendatária da Serraria Xikrin |
| 5. Bep Karoti | Índio Xikrin/Presidente Associação Bép Nói |
| 6. Karangré Xikrin | Índio Xikrin/Presidente Associação KáKárekré |
| 7. Ricardo L da S. Costa | Engº Florestal - Assistente Técnico da FUNAI - Marabá |
| 8. Sr. Branco | Ex Coordenador de Vigilância TI Xikrin – Motorista FUNAI - Marabá |
| 9. Rusevaldo Gomes | Fundação Nacional do Índio (FUNAI) |
| 10. Eleilton I. de Sales | Técnico Florestal - Ex Gerente de Operações do Manejo Xikrin |
| 11. Nylton R. Haydn | Ex Supervisor no Manejo Xikrin |
| 12. Srs. Alberto e Ivan | Chefes de Posto Indígena /FUNAI - Aldeias Putingró e Djudjê - Kô |
| 13. Adilson Orio | Sócio Gerente da empresa Terraplanagem e Serviços Ltda |
| 14. Ikrô Xikrin | Índio Xikrin/Aldeia Djudjê-kô |
| 15. Boti – ê Xikrin | Índio Xikrin/Aldeia Djudjê-kô |
| 16. Boati Xikrin | Índio Xikrin/Aldeia Djudjê-kô |
| 17. Bep Tum | Índio Xikrin/ Cacique da Aldeia Putingró |
| 18. Bep Djare | Índio Xikrin/ Vice Presidente Associação Bep-Noi |
| 19. Kango Xikrin | Índio Xikrin/ Associação Bep-Noi |

2.2 - Locais visitados / auditados

- a) Aldeia Djudjê-kô (TI Xikrin)
- b) Aldeia Putingró (TI Xikrin)
- c) Prédio do escritório-sede e alojamento do projeto de Manejo Florestal (TI Xikrin)
- d) Manejo florestal – compartimentos 02 e 03 de exploração + área STCP (TI Xikrin)
- e) Estrada de escoamento da madeira -TI Xikrin/ PA-279 / Cidade de Água Azul.
- f) Serraria da Associação Bep-Noi - Cidade de Água Azul do Norte.
- g) Prefeitura Municipal de Água Azul
- h) Sede da Associação Bep-Noi - cidade de Marabá.
- i) Sede da Associação KáKárekré - cidade de Marabá.
- j) Sede da FUNAI em Marabá / Casa do Índio.
- k) Escritório do IBAMA em Marabá.

Anexo 3 - Documentação fotográfica do projeto

2 arquivos em CD ROM, anexado ao relatório

- a) Estradas de acesso e internas
- b) Jazidas de cascalho e material para aterros / recuperação
- c) Instalações físicas do Manejo
- d) Área da UPA 2003 e futuras
- e) Aspectos da serraria Xikrin em Agua Azul do Norte

Anexo 4 – Documentos do Projeto

- a) Cópia da correspondência do ISA para o IBAMA – Belém / PA notificando sobre o encerramento da parceria, responsabilidades da ABN e Brumilla e demonstrativo dos volumes da safra 2003 extraídos e transportados para a serraria em Agua Azul.
- b) Cópias de documentos referentes ao Controle de origem e movimentação da madeira em toras atualizado até agosto de 2003 emitido pelo IBAMA.
- c) Romaneio de toras efetuados pela Brumilla e comparativo com o romaneio executado no carregamento na floresta.
- d) Documentos originados na FUNAI e Ministério Público Federal, referentes a liberação para comercialização da safra 2003 e correspondência da Brumilla notificando as partes.

Anexo 5 - Resumo das Entrevistas

Os comentários a seguir são um resumo das opiniões e questionamentos dos diversos interlocutores ouvidos, tanto em reuniões formais como informalmente. Nestas ocasiões, os índios e demais interlocutores expuseram também suas preocupações e críticas com relação a alguns aspectos do projeto.

- √ Maior transparência quanto ao faturamento obtido com a venda da madeira e nas discussões sobre a forma de apropriação e montantes a serem distribuídos com a comercialização da madeira Xikrin;
- √ Reprovação da conduta dos técnicos de campo do ISA com relação aos índios e observação sobre a ausência de um antropólogo para melhorar o diálogo e o entendimento dos índios sobre a operação.
- √ Necessidade de acompanhamento por parte dos Xikrin das ações do projeto, especialmente quando da medição e venda da madeira;
- √ Há um descompasso entre as expectativas dos índios e as prioridades do projeto e dos parceiros. Os índios querem resultados rápidos e entendem que estão abrindo mão de um recurso – madeira – para receber em troca dinheiro para despesa imediatas. Os parceiros entendem que os recursos devem servir para consolidar a base do projeto e só depois concordam em destinar o lucro para os gastos dos índios.
- √ O projeto não está atendendo as expectativas iniciais dos índios, talvez em função das promessas de resultados muito otimistas. Os índios não tem preocupação imediata com os aspectos técnicos. Querem pagamento pela madeira que entendem ser uma riqueza cobiçada e portanto de muito valor.
- √ Os índios apreciam as atividades do manejo porém não querem trabalhar com o compromisso de permanecer na área durante toda a safra. Alegam que eles tem as festas tradicionais, temporadas de caça e de plantio e que não podem assumir este tipo de compromisso.

- √ Apesar do esforço de todos, há sérios problemas de gestão, principalmente quanto a comercialização e industrialização. Os aspectos administrativos também
- √ A FUNAI questiona a falta de informações sobre custos e benefícios deste tipo de projeto, tendo recio de recomendar a extensão desta iniciativa para outras TI.
- √ Reclamaram da morosidade do IBAMA em responder as solicitações do projeto e a falta de compreensão do que é um projeto desta natureza.
- √ Sabem que os benefícios indiretos podem ser mais importantes que o retorno direto em dinheiro, porém não abrem mão de receber pagamento pela retirada das árvores.
- √ A ausência de um antropólogo permanente para interlocução entre os técnicos e os índios foi causa de grande parte dos desentendimentos....
- √ Pretendem investir os resultados do manejo na criação de gado, utilizando as fazendas existentes dentro da reserva.
- √ Alguns guerreiros mais jovens estão insatisfeitos com a forma como os recursos são gastos pelas lideranças. As lideranças por sua vez, não querem dar satisfações sobre como destinam os recursos e alegam não receber nada do projeto.
- √ As verbas para o Projeto vieram de várias fontes/instituições e eles não sabem onde foram aplicadas e quanto irão receber nos próximos anos.
- √ Recursos dos projetos não chegam nas aldeias. ISA e lideranças indígenas não apresentam as contas....
- √ O projeto é muito importante pois coibiu a exploração ilegal na área.
- √ Os índios querem um planejamento para aplicação dos recursos advindos do Projeto, de maneira que as aldeias sejam beneficiadas diretamente
- √ Eles querem que antes de iniciar cada safra, seja explicado quanto vai cortar, quanto vai custar, quanto vai sobrar e quando (mês) será pago o lucro.
- √ "3 anos de operação, e a madeira saindo do projeto sem que as aldeias saibam quantos m³ foram retirados, quantos foram serrados, não sabem os custos, não sabem os preços de venda e também não sabem quanto dinheiro sobrou(lucro) Foi vendida uma expectativa de resultados irreal"
- √ "A madeira foi embora e nós não tivemos a prestação de contas do branco para saber como gastou o dinheiro."
- √ "Os jovens estão acostumados com comida do branco e precisamos de dinheiro para pagar."
- √ Nas duas aldeias houve concordância com a continuidade do projeto após o esclarecimento completo das contas dos 3 anos de manejo. Eles querem que todo o dinheiro do projeto seja controlado pelas aldeias, para que eles decidam sobre os pagamentos e como gastar as sobras (lucro). As lideranças das Associações não manifestam opinião contrária em público, porém não pensam em modificar o procedimento atual.
- √ Eles entendem que o projeto só poderá , eventualmente, recomeçar em 2004 e não querem a mesma equipe que trabalhou no projeto até a paralisação.